

PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL: uma visão sobre programas de Comunicação, instituições de ensino e o perfil docente¹

Bruno César Silva²

Resumo

Este artigo apresenta ensaios iniciais sobre a pós-graduação no Brasil, num recorte sobre as Instituições de Ensino (IES) e o perfil dos(as) docentes. A partir de técnicas da Ciência da Dados, procedeu-se ao desenvolvimento de um *dashboard* para visualização dos dados disponibilizados na plataforma Sucupira no período entre 2013 a 2018. Além de possibilitar a visualização de dados sobre a pós-graduação, este artigo também responde se há paridade de gênero entre docentes a partir do IPG (índice de Paridade de Gênero), cujos resultados não são conclusivos, mas encaminham a discussão de que há vantagem quantitativa de professores homens em relação às mulheres, além de proporcionar outras análises específicas ao campo da Comunicação e de seus programas de pós-graduação.

Palavras-chave: CAPES; PÓS-GRADUAÇÃO; SUCUPIRA; COMUNICAÇÃO.

UM BREVE CONTEXTO E ATUALIZAÇÕES DA PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL

Para que se observe o contexto da pós-graduação no Brasil, faz-se necessário o resgate de alguns dos seus marcos estruturantes. Nesse sentido, um dos que inaugura as bases para o atual modelo brasileiro é o decreto nº 29.741, de 11 de julho de 1951. Com o plano político da Segunda Era Vargas³, o desenvolvimento de uma nação a partir de subsídios técnicos e científicos fazia parte dos objetivos da época, resultado de uma aceleração industrial e da nova administração pública.

Dada a necessidade de aprimoramento, o decreto instalou uma Comissão cujo objetivo promovia uma Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, que à época ficou conhecida como CAPES. Naquele tempo, a missão da campanha era assegurar a existência de brasileiros, tanto em quantidade como em qualidade, que pudessem atender a carência científica do país, contribuindo com o desenvolvimento enquanto Nação.

A forma como isso se realizaria pautava-se pelo acesso universal da população à educação, oferecendo os recursos necessários para que os cidadãos, com ou sem condições

¹ Apresentado no Grupo de Trabalho (GT) Comunicação, Ensino e Estratégias Docentes, atividade do XV Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas;

² Mestre em Comunicação Social pela PUCRS, bacharel em Relações Públicas pela UniRitter, especialista em marketing digital e com MBA em Gestão Estratégica, Inovação e Conhecimento. Membro do Grupo de Pesquisa Ensino e Prática de Comunicação (GPEPCom). Atua como professor universitário em cursos de pós-graduação lato-sensu e é analista de comunicação na Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS). E-mail: contatodobrunocesar@gmail.com.

³ A Segunda Era Vargas é considerada o período democrático do governo de Getúlio Vargas, que iniciou em 1951, quando este foi empossado na presidência do país;

financeiras, conseguissem integrar-se às recentes políticas educacionais. Assim, com operações desde 1952 a CAPES, que surgiu enquanto uma campanha de um determinado governo, manteve-se e consolidou-se. Tanto é, que no ano de 1964 passa de Campanha para Coordenação, denominação que continua sendo utilizada até o presente momento⁴.

Nestas mais de cinco décadas entre o decreto nº 29.741, de 1951, e os tempos atuais, pode-se observar o surgimento de outros decretos, pareceres e legislações que, igualmente, contribuíram com a estrutura da pós-graduação no Brasil. Cronologicamente, como um segundo marco estruturante, tem-se o parecer CES/CFE nº 977, de 03 de dezembro de 1965, reconhecido como o pressuposto conceitual da pós-graduação no Brasil.

Sob relatoria do professor Newton Sucupira e a pedido do então Ministro da Educação, o documento sugere que o Conselho de Ensino Superior (CES) do Conselho Federal de Educação (CFE) regulamente os cursos de pós-graduação, visto a imprecisão sobre a temática. O documento reforça as diferenças entre os níveis acadêmicos de graduação e pós-graduação e destaca outras providências.

O Aviso Ministerial, ao solicitar a regulamentação, aponta, em síntese, os três motivos fundamentais que exigem, de imediato, a instauração de sistema de cursos pós-graduados: 1) formar professorado competente que possa atender à expansão quantitativa do nosso ensino superior garantindo, ao mesmo tempo, a elevação dos atuais níveis de qualidade; 2) estimular o desenvolvimento da pesquisa científica por meio da preparação adequada de pesquisadores; 3) assegurar o treinamento eficaz de técnicos e trabalhadores intelectuais do mais alto padrão para fazer face às necessidades do desenvolvimento nacional em todos os setores. (BRASIL, 1965)

Ao distinguir os níveis de ensino, o parecer também propõem a divisão das modalidades de ensino realizados após a graduação, sendo o *sensu stricto* e *sensu lato*. Representantes da modalidade *sensu stricto*, os programas de mestrado e doutorado se ampliaram-se pelo território brasileiro, enquanto que os, à época, já conhecidos cursos de especialização e aperfeiçoamento passaram a ser categorizados como *sensu lato*.

Em primeiro lugar impõe-se distinguir entre pós-graduação *sensu stricto* e *sensu lato* [...] Normalmente os cursos de especialização e aperfeiçoamento tem objetivo técnico profissional específico sem abranger o campo total do saber em que se insere a especialidade [...] Existe, ainda, outra característica não menos importante. Se, em certos casos, a especialização pode ter caráter regular e permanente, como sucede no campo da Medicina, seus cursos apenas oferecem certificado de eficiência ou aproveitamento que habilita ao exercício de uma especialidade profissional, e que poderão ser obtidos até mesmo em instituições não universitárias, ao passo que a pós-graduação

⁴ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES);

sensu stricto confere grau acadêmico, que deverá ser atestado de uma alta competência científica em determinado ramo do conhecimento. (BRASIL, 1965)

Em síntese, as principais diferenças entre as duas modalidades de ensino de pós-graduação estão nas bases curriculares, grades disciplinares, carga horária, corpo docente e, por consequência, na obtenção da certificação. A partir desta distinção, os programas de mestrado e doutorado que em 1965 já existiam no Brasil e totalizavam 38 cursos *stricto sensu*, em 1995 alcançaram a marca de mil cursos e, em 2018, o número avança para quase cinco vezes mais.

Nestes quase 70 anos desde o lançamento da Campanha para o aperfeiçoamento técnico e científico da população brasileira, não somente a educação e a CAPES que assumiram novas nuances, mas a sociedade. Leitão (2015, p.77), ao entrevistar a demógrafa Ana Amélia Camarano, afirma que:

- Dois terços dos jovens virão de famílias mais pobres. Eles são o nosso futuro. Temos que cuidar dos jovens e das crianças pobres ou fracassar como país. Me disse Ana Amélia. O fato põe o Brasil diante de uma decisão inescapável: educar ou educar os brasileiros que nascerem. Houve um tempo em que o Brasil podia, impunemente, desperdiçar parte da população no analfabetismo. O número de habitantes aumentava em ritmo veloz e a economia necessitava principalmente de braços. Hoje o país não pode mais perder ninguém. Precisar de todos os cérebros que puder treinar. Os trabalhos que exigem só força tenderão a ser substituídos por máquinas, guindastes e robôs. - Agora não basta a educação, será preciso educação de qualidade - resumiu Ana Amélia.

O atual retrato do Brasil é diferente daquele apresentado por Vargas quando, em 1951, lança a CAPES. A realidade brasileira encontra entre igualdades e desigualdades sociais, um credo e faísca de esperança na educação, ao mesmo tempo que presencia um exponencial e desafiador crescimento tecnológico, proporcionado por dispositivos eletrônicos e digitais, conectados ou não à internet. Nesse contexto, assim como afirma Leitão (2015), serão necessários todos os cérebros - algo não muito distante do que previa a missão original da CAPES.

A universidade, o ensino e a pesquisa científica têm importante papel educacional e político em diversos âmbitos do projeto de desenvolvimento brasileiro, tanto como estratégia para emancipar mulheres e homens através da formação profissional, quanto na missão de ofertar à sociedade uma reflexão crítica relevante sobre si mesma, de maneira a aprimorar a própria vida social. (BARRETO, 2014, p.9)

Fava (2018) destaca que, atualmente, a sociedade está rodeada por diferentes telas e, quando conectadas à internet, ampliam o acesso a incalculáveis dados, notícias e pessoas. O autor continua, ao sinalizar que a tendência é de, no mínimo, continuidade dessas realidades, à medida que novas tecnologias têm sido interseccionadas aos dispositivos.

Indubitavelmente, somos pessoas das telas. Estão em todas as partes: nos bolsos, nas pastas, nos painéis, nos telões, nos quartos, nas salas, nas cozinhas, nos banheiros, nas paredes externas de edifícios. Elas se prostram em nossa frente quando nos divertimos, descansamos, trabalhamos, independentemente do que fazemos. (FAVA, 2018, p. 69)

Ao mesmo instante em que se convive numa sociedade de telas, também se depara com os efeitos de sua alta quantidade de dados. Um deles é apresentado por Harari (2016). Nessa amálgama, o autor entende que definir o que é ou não relevante na vida das pessoas redimensiona as percepções e os entendimentos sobre a noção de poder. Na visão dele (2016), comunicar algo ou possuir um dado não mais representa, unicamente, a forma de materialização de poder, mas que atualmente ele concentra-se num campo pessoal e abstrato, em que em saber diferenciar o que será mantido ou ignorado é sinônimo de poder.

O mundo está mudando com inigualável rapidez. Estamos inundados por quantidades impossíveis de dados, de ideias de promessas e de ameaças. Não sabemos mais a que prestar atenção e frequentemente passamos o tempo investigando e debatendo questões secundárias. Em tempos antigos, ter poder significava ter acesso a dados. Atualmente ter poder significa saber o que ignorar. (HARARI, 2016, p. 398)

Se, como apontado por Harari (2016), o mundo está mudando, as adequações também estão sendo observadas no campo educacional. E, por consequência, chegam à CAPES. Ela que atualmente é responsável pelo registro de diferentes dados sobre a pós-graduação no país, também é impactada pelo advento de uma sociedade que se orienta através de telas.

Reforçado por legislações que garantem aos cidadãos o direito da transparência em relação aos dados considerados públicos, no ano de 2014 a CAPES lança a plataforma Sucupira, em homenagem ao professor Sucupira. Trata-se de um portal interativo e acessível universalmente através de telas conectadas à internet, onde é possível acompanhar a pós-graduação no Brasil a partir de diferentes indicadores, além dos resultados das pesquisas realizadas por docentes e discentes em nível de pós-graduação.

A Plataforma Sucupira foi lançada em 2014 pela CAPES como portal de consultas das atividades dos programas brasileiros de pós-graduação. O serviço disponibiliza informações que apoiam o processo de avaliação de todos os mestrados e doutorados, acadêmicos e profissionais, em funcionamento no país de forma aberta e transparente. (ALVES, SANT'ANNA, 2018, p.2)

Os dados que abastecem a plataforma são oriundos do próprio preenchimento realizado pelos docentes e discentes vinculados a programas de pós-graduação e, periodicamente, ocorrem em todos os programas de pós-graduação brasileira. Na plataforma, os dados ficam armazenados e, através de seu acesso, podem ser reutilizados para outros cruzamentos e análises, como é o caso do desenvolvimento e/ou a aproximação com outros indicadores sociais, direta ou indiretamente relacionados ao ensino superior.

A Plataforma Sucupira disponibiliza abertamente, desde 2014, dados sobre a avaliação dos programas de pós-graduação brasileiros. Apesar da facilidade de acesso e riqueza dos dados para a compreensão do desempenho dos programas, a realização de inferências requer esforços consideráveis para a extração de conhecimento dos registros. (ALVES; SANT'ANNA, 2018, p.1)

Por mais que os dados sejam públicos e acessíveis no portal da CAPES, sua visualização requer atenção. Assim, a plataforma Sucupira enquanto fonte para a compreensão do ensino superior no Brasil, dificulta a análise, já que “há a exaustiva tarefa de cruzá-los para produzir conhecimento e agregar informações ao campo de estudos” (BARRETO, 2014, p.3). Isto pois, “apresenta ao leitor informações muitas vezes de difícil acesso, que requerem tempo, dedicação e competência para encontrar os números mais relevantes dentro do enorme volume de informações” (IBID, p.3).

Dito isto, mesmo que o dado esteja acessível, sem ter o apoio de outras ferramentas analíticas pode ficar impossibilitada sua análise e geração de indicadores, como o Índice de Paridade de Gênero (IPG). E, a noção de poder dada por Harari (2016), de que não basta o acesso ou o domínio, pode ser reafirmada.

Segundo Artes (2018, p.1), “o objetivo da construção de indicadores sociais é medir os níveis de bem-estar material de grupos”, além de seu papel crítico, que é o de contribuir para “dimensionar desigualdades sociais”, observáveis a partir do levantamento de dados. Ela ainda complementa, destacando a função exercida pelos indicadores.

Explicitar essas diferenças de forma quantitativa e dar visibilidade às distâncias existentes entre os grupos é um primeiro passo para conhecer a realidade e, então, propor políticas de alteração das desigualdades observadas. (ARTES, 2018, p.4)

De forma a minimizar o esforço na busca e na análise dos dados da pós-graduação no Brasil, desenvolveu-se⁵ um *dashboard* para análises do perfil dos(as) docentes da pós-graduação e de suas respectivas instituições de ensino. Neste sentido, a pretensão deste artigo e, principalmente do dashboard, não é a de esgotar as possibilidades ou reduzir a importância das bases originais de dados, mas consolidar em um único espaço outras análises.

O levantamento de dados que, visualmente é representado no dashboard, pode ser utilizado para o mapeamento do estado em que se encontra a pós-graduação no país, elencando pontos de avanço, atenção ou regressão em relação aos indicadores analisados. Além dos dados originais, aproxima-se desta base um indicador indireto à ela, mas que representa questões estruturais para outros indicadores: a visualização da representativa feminina entre o corpo docente do ensino superior brasileiro.

A ORGANIZAÇÃO DO DASHBOARD E POSSÍVEIS DISCUSSÕES

Na primeira avaliação sobre o estado em que os dados disponíveis na plataforma Sucupira encontravam-se, se observou que seu volume era quantitativamente alto. Em totais, algo em torno de 553 mil linhas com informações diversas sobre docentes e suas instituições de ensino, totalizando 343,4 MB de dados.

Considerando o volume, o alerta de Barreto (2014) sobre a dificuldade de leitura dos dados é reforçado nas bases da CAPES também é reforçado. Neste sentido, para que os mesmos pudessem ser manuseados e as análises futuras realizadas, os dados originais foram exportados em formato CSV e importados para um banco de dados MySQL local⁶. Deste banco de dados, foi gerado um novo CSV, desconsiderando algumas colunas que, para o objetivo do dashboard⁷ a análise, eram secundários.

⁵ Desenvolvido como resultado de reflexões iniciadas na disciplina de Extração e Análise de Dados Heterogêneos, do Programa de Pós-graduação em Ciência da Computação (PPGCC), da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), ministrada e sob orientação das professoras Dr^a Isabel Harb Manssour e Dr^a Soraia Raupp Musse, ocorrida em 2020/02;

⁶ O MySQL é um sistema de gerenciamento de banco de dados, que utiliza a linguagem SQL como interface. É atualmente um dos sistemas de gerenciamento de bancos de dados mais populares da Oracle Corporation, com mais de 10 milhões de instalações pelo mundo;

⁷ Analisar a pós-graduação brasileira e o seu Índice de Paridade de Gênero (IPG);

Assim, a base final de dados contabiliza 530.448 linhas e 24 colunas contendo diferentes dados, todos originários da plataforma Sucupira. Neles estão reunidas informações sobre as instituições de ensino superior (IES) e seus docentes. O período da coleta concentra-se entre os anos de 2013 a 2018, por representarem as duas mais recentes avaliações quadrienais⁸ da CAPES.

Uma vez observado o padrão dos dados, através das funcionalidades da ferramenta Google Data Studio, que possibilita sua transformação em relatórios e painéis informativos⁹, com sete páginas, o *dashboard* sobre a Pós-graduação no Brasil: uma visão sobre as IES e o perfil do(a) docente é finalizado. Na imagem 01 é possível observar a capa do documento, que na sequência também resultou no desenvolvimento de um portal, para abrigar toda a trajetória da pesquisa.¹⁰

Imagem 01: capa do dashboard da pós-graduação no Brasil



Fonte: desenvolvido pelo autor (2020) e disponível na web

Para o recorte da última avaliação quadrienal, realizada em 2018, existiam no Brasil 4.999 programas de pós-graduação em operação, distribuídos entre 702 IES diferentes, das quais a grande maioria concentra-se na região Sudeste do país (2.119 PPGs). Também é possível observar que a área de concentração com mais abrangência entre os programas de pós-graduação é a multidisciplinar, com 869 programas em operação, seguida das Ciências da Saúde (769) e das Ciências Humanas (661).

A área de concentração e avaliação onde localizam-se os cursos de Comunicação fazem parte do grande grupo das Ciências Sociais Aplicadas, que em 2018 contavam com 645

⁸ Cada programa de pós-graduação *Stricto Sensu* deve prestar conta, uma vez por ano, relativo às atividades desenvolvidas pelo programa no Ano Base anterior. O fechamento dessas avaliações ocorre a cada 4 anos e é a Avaliação Quadrienal;

⁹ Definição informada pela própria ferramenta através de seu portal na web (2020);

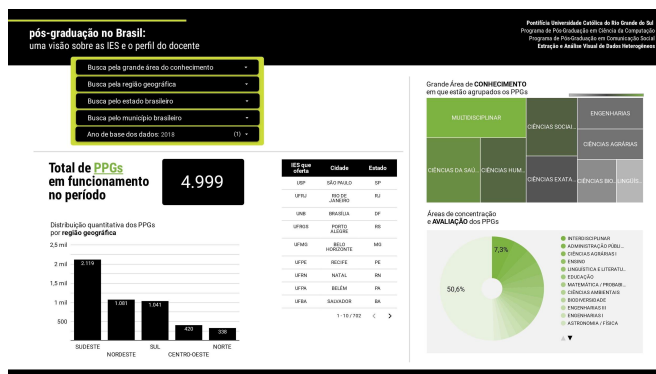
¹⁰ Disponível em: <https://www.oensinosuperiornobrasil.com.br/>. Acesso em abril de 2021;

PPGs. Deste total, 13,3% (86 programas) referem-se à Comunicação e Informação. Entretanto, é necessária a distinção do que refere-se ao campo da comunicação e o que destina-se ao da informação. Estes tópicos serão retomados em breve, ao delimitar os dados.

Entre as funcionalidades disponíveis no dashboard, uma delas é a possibilidade de comparação das métricas para períodos distintos das quadrienais (2013 versus 2018). Com isso, ao se comparar a de 2018 com a de 2013, há aumento no número de programas sendo ofertados, que até 2013 eram 3.783, bem como no número de IES, que totalizavam 502 instituições.

No comparativo, outro tópico de mudança está na concentração quantitativa das grandes áreas de conhecimento. Em 2013, Ciências da Saúde ocupava a primeira posição, o que significa que a maioria dos programas de pós-graduação brasileiros estavam relacionados às suas áreas de pesquisa. Cenário este que não se repetiu em 2018, uma vez que a área Multidisciplinar assumiu esta posição. Tais análises encontram-se disponíveis na imagem 02 e, a partir da página três do dashboard, novas inferências e cruzamentos de dados também podem ser visualizados.

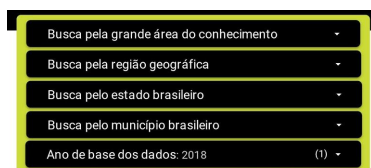
Imagem 02: visão por área do conhecimento - página três



Fonte: desenvolvido pelo autor (2020) e disponível na web

Para ampliar as análises que podem ser obtidas a partir da navegação no dashboard, em cada página estão disponíveis menus clicáveis e flutuantes, que organizam os gráficos de acordo com a regra estabelecida. Uma ressalva, porém, é importante: cada página é independente da outra. Desta forma, se uma informação é selecionada e a análise será continuada em páginas seguintes, as mesmas características devem ser novamente assinaladas. Caso contrário o relatório assumirá o padrão de visualização, que considera todos os dados e o ano de 2018. Na imagem 03 é exemplificado um destes menus.

Imagem 03: menu flutuante



Fonte: desenvolvido pelo autor (2020) e disponível na web

Ao avançar para a quarta página do dashboard, se analisam dados sobre as instituições de ensino. Nela ficam evidenciados os resultados para os tipos de programa (se somente Mestrado, Mestrado e Doutorado, Mestrado Profissional, Doutorado Profissional ou somente Doutorado), bem como sua distribuição em relação ao status jurídico da IES (rede pública ou privada).

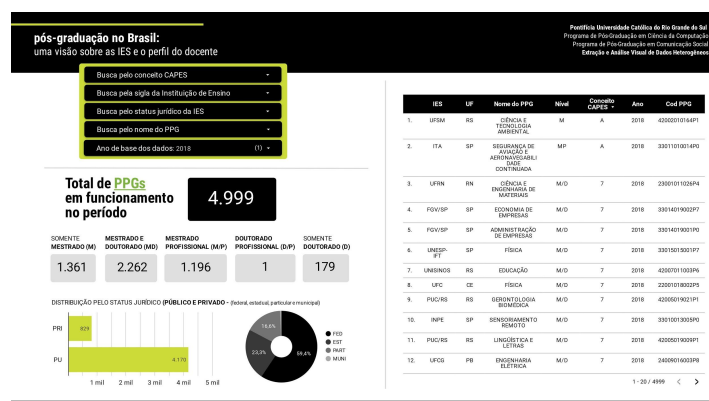
Em específico, ao reunir os PPGs que relacionam-se com o termo comunicação¹¹, foram encontrados 41 programas em funcionamento, sendo que 16 possuem cursos somente de mestrado, outros 23 de mestrado e doutorado e dois de mestrado profissional. Percentualmente, 34,1% estão na rede particular e o restante na rede pública, seja federal ou estadual. Do total de PPGs em funcionamento no ano de 2018, apenas um obteve a nota máxima no Conceito CAPES, atingindo o total de 7 pontos, que foi o PPG em Comunicação, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o restante deles encontra-se entre as notas 03 e 06.

Até o momento e através do dashboard, um dos aspectos que pode ser afirmado é quanto a predominância da rede pública, vinculada aos governos Federal, Estadual e Municipal como mantenedores dos programas. Além disso, também pode-se observar em nível local cada um destes PPGs, a partir de sua relação nominal, conceitos atribuídos pela CAPES e outras informações, como a unidade da federação (UF) em que o programa é ofertado e o código de identificação do mesmo junto à base da CAPES.

Os dados, para comportarem-se de acordo com a estrutura de um dashboard, são apresentados em formatos visuais e disponibilizados em dimensões geográficas, demográficas e sociais, cuja representação é dinâmica e digital. A dinamicidade se caracteriza pelo fato de as buscas variarem de acordo com as perguntas e interesses de cada pesquisador. Na imagem 04 estas possibilidades estão representadas.

¹¹ Foram identificados e agrupados para a mesma análises os seguintes PPGs: “ciências da comunicação; computação, comunicação e artes; comunicação; comunicação e cultura; comunicação e cultura contemporâneas; comunicação e cultura midiáticas; comunicação e indústria criativa; comunicação e linguagens; comunicação e práticas de consumo; comunicação e semiótica; comunicação e sociedade; comunicação e territorialidades; comunicação social; comunicação, cultura e amazônia; comunicação, linguagem e cultura”;

Imagem 04: visão por instituição de ensino - página quatro

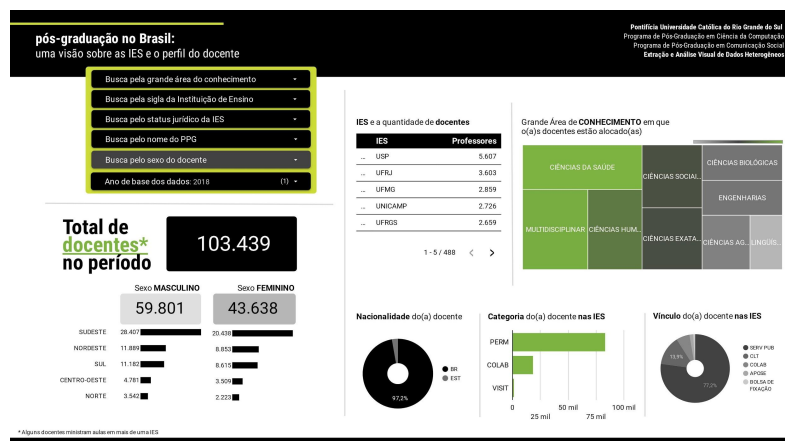


Fonte: desenvolvido pelos autores (2020) e disponível na web

Avançando para as imagens 05 e 06, que respectivamente apresentam as páginas cinco e seis do dashboard, se observam dados sobre os docentes dos programas. Em 2018, eles representavam 103.439 profissionais, sendo 59.801 do sexo masculino e 43.638 do sexo feminino, cuja grande maioria (97.2% da base total) eram de nacionalidade brasileira. Sobre os docentes, o dashboard ainda permite o estabelecimento de outras relações, como professor(a) permanente, colaborador ou visitante no PPG), além da busca por sua titulação.

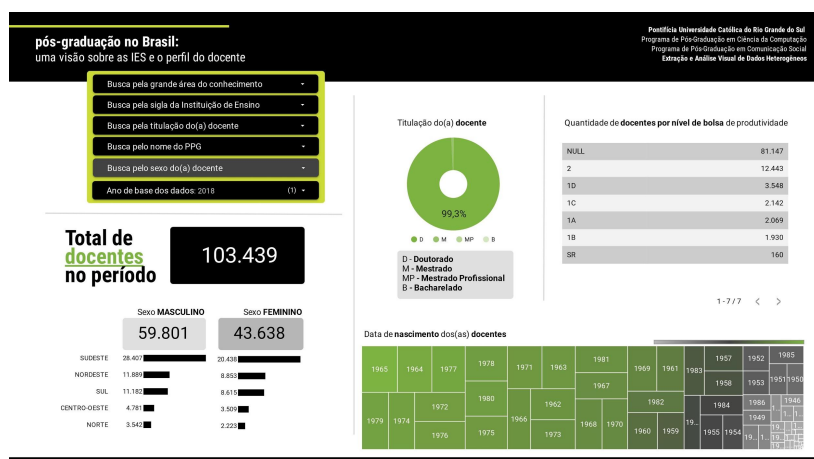
Com as análises, se observa que existem instituições com docentes com titulação em nível de bacharelado e, ao mesmo tempo, vinculados com programas de pós-graduação, algo que não é habitual - ao menos no campo da Comunicação. Há também indícios em relação às quantidades das bolsas de produtividade, com poucos expoentes em nível Sênior. Tais dados apontam para caminhos tanto de atenção quanto de melhoria e seus resultados podem ser visualizados nas imagens 05 e 06.

Imagem 05: visão sobre docentes - página cinco



Fonte: desenvolvido pelos autores (2020) e disponível na web

Imagem 06: visão sobre docentes (2) - página seis



Fonte: desenvolvido pelos autores (2020) e disponível na web

Assim como pontua Artes (2018), os dados assumem outros papéis quando visualizados e integrados a esferas secundárias e fontes de dados, como é o caso dos indicadores. Por isso, além de apresentar informações sobre o estado da pós-graduação no Brasil, o objetivo do dashboard e da pesquisa também é o de questionar quanto a paridade de gênero na pós-graduação, tópico que através dos levantamentos realizados e da aproximação com o Índice de Paridade de Gênero (IPG) pode ser respondido.

O ÍNDICE DE PARIDADE DE GÊNERO (IPG)

Além do mapeamento do perfil docente e das IES, a proposta do desenvolvimento do *dashboard* é a de contribuir com respostas a outros indicadores sociais, resultantes do cruzamento de dados. Por isso, umas das faces observáveis é a da paridade de gênero. Barreto (2014, p.9) descreve que “a promoção da igualdade de gênero é um dos objetivos do milênio estabelecidos pela ONU, figurando em terceiro lugar entre suas oito metas”.

Por isso, este estudo apresenta os Índices de Paridade de Gênero (IPG) como instrumentos auxiliares à compreensão das características da pós-graduação no Brasil. Se comparado a outros indicadores sociais, o IPG é de construção simples, pois descreve a diferença observável entre mulheres e homens.

O IPG é utilizado pela Unesco [...] representa quantitativamente, a razão mulher/homem para determinada variável escolhida (presença no mercado de trabalho, em cargos de chefia, taxas de escolarização ou titulação, entre outros). Um IPG com valor 1 indica paridade entre os sexos; um IPG que varia de 0 a 1 significa uma disparidade em favor dos homens; um IPG superior a 1 evidencia disparidade em favor das mulheres. (ARTES, 2018, p.4)

Compreender questões relacionadas ao estudo de gênero é basilar para as relações sociais, além de serem medidos e “discutidos em diferentes estudos, a exemplo dos relatórios de monitoramento global da UNESCO” (ARTES, 2018, p.20). Por isso, ao retomar o papel concedido à educação enquanto “estratégia para emancipar mulheres e homens através da formação profissional” como já mencionado por Barreto, a construção destas relações passa pelo ambiente acadêmico.

Com isso, este estudo se torna inédito à medida que diferente de outros já realizados, a provocação não é de compreender a base discente, mas sim observar como se comporta a estrutura formativa do corpo docente, isto é, os professores, IES e os PPGs que estão vinculados. Estas análises aproximadas de indicadores de gênero podem, juntas, mapear e projetar o futuro acadêmico, não somente das políticas promovidas pela CAPES, mas sobremaneira do aperfeiçoamento de pessoal em nível superior do Brasil.

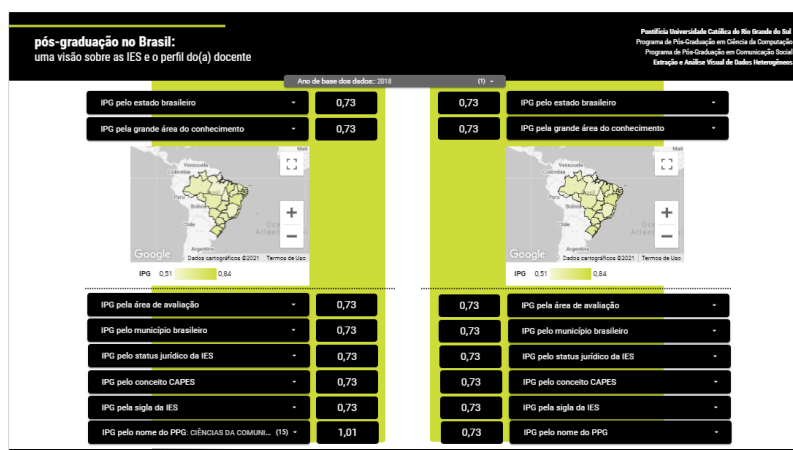
Os diversos estereótipos atribuídos aos gêneros moldam, definitivamente, o significado atribuído às ocupações e às carreiras, pois é comum o entendimento de que há carreiras mais afeitas às mulheres e carreiras propriamente masculinas. Como consequência, o gênero também influencia no valor social atribuído às ocupações no mercado de trabalho e atua do mesmo modo na universidade, onde as mulheres, ainda que presentes em número crescente, não se distribuem de modo uniforme pelas diferentes “vocações”. (BARRETO, 2014, p.10)

Se o gênero ainda é uma relação que promove igualdades e desigualdades, a página sete do dashboard é especialmente reservada para suas análises. Organizado em duas colunas, podem ser interseccionadas dimensões diferentes para a verificação da existência ou não paridade de gênero no ensino. A conclusão, considerando a base total dos 4.999 programas de pós-graduação e os mais de 100 mil docentes, é que há predominância de homens em relação às mulheres, resultando então na disparidade de gênero no ensino superior, com um índice de 0,73.¹²

Já quando se observa o recorte para o agrupamento dos PPGs de Comunicação, o resultado demonstra paridade de gênero. Em 2013 o índice era de 1,0 e em 2018, 1,01. Na imagem 07 os dados de 2018 estão demonstrados.

¹² Os valores de referência podem assim ser observados: 1,0 = há paridade de gênero entre homens e mulheres. (intervalo de confiança de 0,5 para mais ou para menos)
menores que 0,95 = representa vantagem dos homens em relação às mulheres.
maiores que 1,05 = representa vantagem das mulheres em relação aos homens;

Imagem 07: visão sobre docentes (2) - página sete



Fonte: desenvolvido pelos autores (2020) e disponível na web

O indicador de forma isolada pouco pode sinalizar em relação às mudanças. Por isso, faz-se importante reforçar que as mulheres vêm, progressivamente, sendo reconhecidas nos espaços de educação, mas ainda há muito a se conquistar, já que a desigualdade é uma realidade apontada pelo IPG. Assim, no próximo tópico são encaminhadas algumas discussões preliminares sobre a temática no ensino superior.

CONCLUSÕES PRELIMINARES

Espera-se que estes breves resultados discutidos possam avançar em direção a outras sensibilizações, mapeando além do perfil do docente, das IES e da pós-graduação no Brasil, mas discutindo seus indicadores. A contribuição mais relevante está no dashboard, que proporciona uma série de análises, a depender dos objetos de pesquisa que estejam sendo utilizados. Delas, o desejo é que se pautem políticas e ações que proporcionem, minimamente, a discussão sobre os aspectos do gênero e dos espaços de convivência profissional de homens e mulheres na ciência.

Além disso, tanto o dashboard quanto o artigo são resultados de uma primeira aproximação, em nível de atividade curricular e resultado avaliativo de uma disciplina da pós-graduação. Portanto, não deve-se limitar-se à somente o que aqui, de forma preliminar, é apresentado. Ao contrário, se vislumbra e entende-se enquanto um convite para novos e conclusivos estudos, integrando diferentes fontes de dados.

Uma ressalva é de que a observação de dados numéricos sobre os índices, como o IPG, não visam a simplificar a discussão de gênero e observá-la de forma numérica, mas sim demonstrar o quanto faz-se necessário adequações e políticas que tratem e resolvam as

situações. O exame do conjunto de dados demonstra que, sobre a docência no ensino superior, a presença feminina nos mais altos índices de ensino é cada vez mais ampla, mas é resultado de um lento e gradativo processo, que possivelmente é reflexo de outros indicadores sociais.

REFERÊNCIAS:

ARTES, Amélia. **A presença de mulheres no ensino superior brasileiro: uma maioria sem prestígio**. 2014. Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1496748817_ARQUIVO_fazendogenero_final.pdf Acesso em: set 2020.

ALVES, Júlio César Reis; SANT'ANNA, Hugo Cristo. **Análise de dados da Plataforma Sucupira sobre a Pós-Graduação em Design no Brasil (2013-2017): uma primeira aproximação**. 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/design-tecnologia-sociedade/article/view/21206> Acesso em: set 2020.

BRASIL. **Decreto nº 29.741, de 11 de julho de 1951**. Institui uma Comissão para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de pessoal de nível superior. Brasília, DF: Presidência da República, 1951. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-29741-11-julho-1951-336144-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 02 jan 2021.

BRASIL. **Parecer nº 977, de 03 de dezembro de 1965**. Marco conceitual e regulatório da pós-graduação brasileira. Brasília, DF: Presidência da República, 1965. Disponível em: <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=314#anchor> Acesso em: 02 jan 2021.

BARRETO, Andreia. **A Mulher no Ensino Superior**. Distribuição e representatividade. Disponível em: https://flacso.org.br/files/2016/04/caderno_gea_n6_digitalfinal.pdf Acesso em: set 2020.

CAPES. **História**. Disponível em: <https://uab.capes.gov.br/historia-e-missao>. Acesso em 12 jan 2021.

FAVA, Rui. **Trabalho, educação e inteligência artificial: a era do indivíduo versátil**. Porto Alegre: Penso, 2018.

GOOGLE. **Conheça o Google Data Studio**. Disponível em: <https://support.google.com/datastudio/answer/6283323?hl=pt-BR#:~:text=Ver%20seus%20dados,de%20compartilhar%20e%20totalmente%20personaliz%C3%A1veis>. Acesso em: 14 fev 2021.

HARARI, Yuval Noah. **Homo Deus: uma breve história do amanhã**. Tradução Paulo Geiger. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

LEITÃO, Míriam. **História do futuro: o horizonte do Brasil no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

Pós-graduação no Brasil: uma visão sobre as IES e o perfil do docente. Desenvolvido pelo autor e disponível em <<https://www.oensinosuperiornobrasil.com.br>>